



XI Congresso UFPE de Ciências Contábeis

DETERMINANTES DA RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA DAS EMPRESAS LISTADAS NA B3

Lamarck Luciano de Lira Avelino
Graduando em Ciências Contábeis -UNIPÊ

Inajá Allane Santos Garcia
Mestre em Ciências Contábeis – Unb/UFPB/UFRN
Docente do Curso de Ciências Contábeis - UFPB

Mércia Karolinne Conceição de Araújo
Graduanda em Ciências Contábeis - UNIPÊ

RESUMO

Esta pesquisa parte do pressuposto de que a Responsabilidade Social Corporativa (RSC) é um conjunto de estratégias para alinhar as ações das empresas em consequência às necessidades sociais (Toldo, 2002; Holanda, Cardoso, Oliveira, & Luca, 2012). Portanto, argumenta-se que a RSC também é amplamente discutida no âmbito da Teoria dos *Stakeholders*, a qual afirma que as tomadas de decisões realizadas em uma empresa devem levar em consideração todos os grupos de pessoas que de certa forma estão relacionadas à empresa, com a finalidade de propiciar benefícios para os mesmos. Diante disso, este estudo tem o objetivo de identificar quais os determinantes da Responsabilidade Social Corporativa das empresas listadas na B3. Para isso, utilizou-se um conjunto de dados em painel desbalanceado, com informações das empresas listadas na B3 no período de 2010 a 2016 e o método utilizado foi a *Regressão Logística*. Em referência a estimação do modelo para as empresas listadas na B3, das 2.534 observações, apenas 2.106 incluíram-se no modelo, em virtude da falta de dados para análise de todos os casos. Destas 2.106 observações incluídas, 222 se referem às empresas participantes do ISE e 1.884 se referem às empresas que não participam do ISE. Os resultados permitiram verificar que dentre as 6 variáveis analisadas (Rentabilidade, Endividamento, Tamanho, Auditoria, Alavancagem e Crescimento dos Lucros) apenas 4 se mostraram determinantes para a Responsabilidade Social Corporativa das empresas, sendo elas: Rentabilidade, Tamanho, Auditoria e Alavancagem. Sendo que as variáveis de Rentabilidade e Tamanho foram significantes ao nível de 1% e as variáveis que demonstraram significância de 5% foram Auditoria e Alavancagem.

Palavras-chave: Responsabilidade Social Corporativa; ISE; Determinantes; B3.

1. INTRODUÇÃO

Conforme DeBakker, Groenwegen, e DenHond (2005) a Responsabilidade Social Corporativa (RSC) trata-se de um campo de estudo em crescente desenvolvimento. Alguns estudiosos apresentam diferentes conceitos a cerca da RSC, com o objetivo de esclarecer o significado desse termo.

Toldo (2002) e Holanda et al. (2012) argumentam que a RSC se trata de um conjunto de estratégias para alinhar as ações das empresas em consequência às necessidades sociais, de modo que a empresa garanta, além do lucro, a satisfação de seus clientes. Enquanto Oliveira (2005) afirma que a maneira como as empresas atuam e se relacionam com o meio ambiente e suas partes interessadas agregam o conceito de RSC.



Portanto, percebe-se que o conceito de Responsabilidade Social Corporativa está ligado ao que é defendido pela Teoria dos *stakeholders*. A qual afirma que a tomada de decisões das empresas deve levar em consideração todos os grupos de pessoas que de certa forma estão relacionadas a empresa, como os investidores, clientes, funcionários, governos, sociedade e outros.

É nesse sentido que Freeman (1984) afirma que a teoria dos *stakeholders* é constituída por qualquer grupo ou indivíduo que pode afetar ou é afetado pelo alcance dos propósitos da empresa. Consequentemente, tem a finalidade de propiciar benefícios para seus clientes, fornecedores, proprietários, funcionários e comunidades locais, além de manter a sobrevivência da empresa.

Ferreira (2005) analisa que o mercado global tem exigido das empresas um comportamento ético e transparente, em que o foco nos aspectos sociais e ambientais, visa um desenvolvimento econômico sustentável. Diante dessas modificações na sociedade e no ambiente, novos conceitos foram ponderados no âmbito do cenário organizacional, tais como RSC, Governança Corporativa, Gestão Ambiental, Sustentabilidade e Desenvolvimento Sustentável. Mesmo considerando que possa haver distintos fins para esses conceitos, no geral, todos anseiam por uma atitude de consciência moral para com os *stakeholders* e o ambiente.

É neste sentido que o presente estudo tem como questão de pesquisa: **quais são os determinantes da Responsabilidade Social Corporativa das empresas listadas na B3?** Para responder a essa problemática, este trabalho busca identificar quais os determinantes da Responsabilidade Social Corporativa das empresas listadas na B3.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Responsabilidade Social Corporativa (RSC)

A Responsabilidade Social Corporativa está inserida no contexto socioambiental, do qual as organizações devem fazer parte, uma vez que precisam prestar contas aos seus *stakeholders*. De acordo com Irigaray, Vergara e Santos (2013) o conceito de responsabilidade social de forma abrangente está ligado ao desenvolvimento sustentável das organizações, em que suas atividades não podem impactar de forma negativa o meio ambiente e a sociedade.

Nesse sentido, é relevante enfatizar que Carrol (1991) defende a existência de quatro categorias quando se fala em Responsabilidade Social Corporativa (RSE). O autor utiliza essas quatro categorias para formar um modelo piramidal colocando no topo a responsabilidade filantrópica desenvolvida por contribuir com recursos para a comunidade e melhorar a qualidade de vida, logo após a responsabilidade ética, a qual considera que ser ético como uma obrigação de fazer o que é certo, errado, justo e evitando danos. Em seguida a responsabilidade legal, a qual refere-se a obediência a lei, e por último a responsabilidade econômica, sobre a qual o autor afirma que refere-se a entidade ser lucrativa, sendo a base da responsabilidade sobre a qual derivam as outras..

Sob essa perspectiva Silva, Silva e Falk (2013) esclarecem que a Responsabilidade Social é muitas vezes representada pela ideia de uma obrigação legal, enquanto que em outros casos é considerada como um comportamento responsável no sentido ético e social. Isso permite a verificação da Responsabilidade Social por meio de duas ópticas, uma legalística e outra não legalística.

Quando se trata da forma de evidenciação das práticas ligadas a Responsabilidade Social, Oliveira (2005) deixa claro que, são reveladas em balanços sociais, relatórios de sustentabilidade ou anuais, a fim de obter legitimidade perante o ambiente no qual a organização está inserida, servindo para demonstrar as atividades sociais realizadas.



XI Congresso UFPE de Ciências Contábeis

Para conceituar o Balanço Social, Tinoco e Kraemer (2011, p. 63) afirmam ser “um instrumento de gestão e de informação que visa evidenciar, de forma mais transparente possível, informações contábeis, econômicas, ambientais e sociais, do desempenho das entidades, aos mais diferenciados usuários”.

Conforme o Instituto ETHOS (2013), “o relatório de sustentabilidade, ou balanço social traz dados quantitativos e qualitativos que, além de demonstrar o andamento das atividades da empresa no ano anterior, podem orientar o planejamento para o ano seguinte”. Freeman e Moutchnik (2013) afirmam que esse relatório é um documento que deve ser publicado pela organização, preferencialmente via internet, perante os *stakeholders* para que estes tenham acesso e possam fiscalizar e avaliar como a organização se relaciona com os seus colaboradores e com a comunidade na qual exerce a sua função empreendedora.

Diante desse contexto, é possível afirmar que a divulgação de informações de ordem socioambiental confirma os objetivos e princípios da Contabilidade, como também os princípios da RSC, respeitando a ética na condução dos negócios, a transparência no relacionamento com os *stakeholders*, além do compromisso da empresa com o desenvolvimento sustentável (Souza & Costa, 2012).

2.2 Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE)

A partir dos eventos e discussões em volta da sustentabilidade no início deste século no Brasil, progressivamente iniciou a tendência dos investidores aplicarem seus recursos em empresas caracterizadas como socialmente responsáveis, sustentáveis e rentáveis, uma vez que se considera que uma empresa sustentável pode, em longo prazo, gerar um valor maior ao estar mais preparada para enfrentar riscos econômicos e socioambientais (BM&FBOVESPA, 2015).

Com o objetivo de acompanhar tal tendência, a Bovespa, atual B3, em parceria com algumas instituições, tais como, Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (ABRAPP), Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA), Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais (APIMEC), Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), *International Finance Corporation* (IFC), Instituto ETHOS e Ministério do Meio Ambiente, criou em 2005 um índice de ações que pudesse ser um referencia para os investimentos socialmente responsáveis, denominado Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE).

O propósito do ISE é identificar as empresas com desenvolvimento sustentável, diferenciar estas diante dos investidores e criar um ambiente de investimento que concilie as necessidades da sociedade e incentivar a criação de fundos de investimento responsáveis (BM&FBOVESPA, 2015).

De acordo com a BM&FBOVESPA (2015), para fazer parte do ISE as entidades precisam manter cumulativamente os seguintes critérios: i) estar entre os ativos elegíveis que, no período das 3 (três) carteiras anteriores, em ordem decrescente de Índice de Negociabilidade (IN), ocupem as 200 primeiras posições, ii) ter sido negociada em pelo menos 50% dos pregões dos doze meses anteriores; iii) não ser classificada como *Penny Stock* (ações abaixo de um real); iv) atender aos critérios de sustentabilidade e; v) ser selecionado pelo Conselho Deliberativo do ISE.

Caso o ativo de uma empresa atenda a todos esses critérios, todas as espécies de ações de sua emissão participarão da carteira do índice, desde que estejam entre os ativos elegíveis que, no período de vigência das três carteiras anteriores (um ano), em ordem decrescente de Índice de Negociabilidade (IN), representem, em conjunto, 99% (noventa e nove por cento) do somatório total desses indicadores (BM&FBOVESPA, 2015).



XI Congresso UFPE de Ciências Contábeis

Segundo Nunes, Teixeira, Nossa e Galdi (2010) as empresas que compõe a carteira do ISE são grandes organizações e por atuarem em mercados que tendem a gerar maiores exposições, atraem maior atenção de órgãos reguladores, de ambientalistas e da imprensa. Portanto, diante do que foi exposto a respeito das empresas participantes do ISE, para este estudo considerou-se como empresas socialmente responsáveis todas aquelas que participavam do ISE em cada um dos anos analisados.

2.3 Estudos Anteriores sobre a Responsabilidade Social Corporativa

A fim de conhecer o panorama da RSC, optou-se por listar alguns estudos desenvolvidos a respeito desse tema. O primeiro estudo a ser evidenciado é o de Oliveira (2005), o qual analisou como as 500 maiores empresas S.A. não financeiras do Brasil estão divulgando as informações de caráter sócio ambiental. Esse autor constatou que as empresas maiores são as que mais publicam Balanços Sociais, apresentando um número de divulgação semelhante às maiores empresas internacionais. O mesmo autor ainda verificou que empresas do setor de petróleo, eletricidade e gás, que causam maiores impactos socioambientais são as que mais publicam Balanços Sociais.

No estudo de Orellano e Quiota (2011), foi investigada a relação entre os investimentos socioambientais e o desempenho financeiro das empresas brasileiras, no período de 2001 a 2007. Os resultados desse estudo demonstraram uma relação de causalidade entre investimento social interno e desempenho financeiro, o que indica que benefícios concedidos ao público interno (colaboradores) contribuem para o melhor desempenho das empresas.

Explorando o mesmo aspecto do estudo de Orellano e Quiota (2011), Souza, Parisotto e Marcondes (2011) verificaram qual a relação existente entre a divulgação do Balanço Social e o resultado econômico-financeiro das empresas do setor de eletricidade. Para escolha do setor analisado, os autores verificaram quais as empresas que estavam no ranking das 500 melhores e maiores Sociedades Anônimas do Brasil do IBRE/FGV no ano de 2008 e constataram que o setor de eletricidade foi o que apresentou maior número de empresas, dessa forma, a pesquisa foi direcionada para este setor. Ao final do estudo os autores constataram que os maiores investimentos foram realizados nos indicadores sociais externos e que, tanto indicadores sociais internos, quanto externos acompanharam o desempenho econômico financeiro. Alguns dos indicadores sociais internos estudados foram: a remuneração e benefícios concedidos aos empregados, administradores, terceirizados e autônomos, enquanto que os externos foram: informações relativas à interação com a comunidade, com os clientes e com o meio ambiente.

A pesquisa de Kaveski, Martins e Hein (2014) investigou o grau de relacionamento entre os rankings formados pelos indicadores econômico-financeiros e socioambientais das empresas distribuidoras de energia elétrica, filiadas ao Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), no período de 2011. Os resultados dessa pesquisa demonstraram que as empresas ocupam posições semelhantes nos rankings econômico-financeiros e socioambientais, o que indica que empresas com maior desempenho econômico financeiro, possuem maiores responsabilidades socioambientais.

Nunes et al. (2010) verificaram a relação do tamanho da empresa, setor de atividade, concentração acionária, localização do controle acionário, emissão de ADR e o fato da empresa ser de propriedade estatal à adesão das empresas ao ISE. Os resultados dessa pesquisa implicaram na relação positiva entre o tamanho da empresa e da adesão ao ISE.

Diante das pesquisas realizadas verificou-se que a maioria dos estudos nacionais realizados sobre a Responsabilidade Social Corporativa exploraram a relação da mesma com o desempenho econômico financeiro das entidades e até análises sobre quais os indicadores mais evidenciados sobre as práticas sociais. Porém, não foram encontrados estudos que demonstrassem quais os



XI Congresso UFPE de Ciências Contábeis

determinantes das empresas consideradas socialmente responsáveis. Desta forma, o presente estudo, preenche essa lacuna, objetivando identificar quais são os determinantes da Responsabilidade Social das empresas listadas na B3.

3. METODOLOGIA

3.1 Amostra e Coleta dos Dados

A amostra da pesquisa é inicialmente composta 362 companhias abertas com ações ativas na B3 no ano de 2016. As unidades de análise são as empresas consideradas socialmente responsáveis que fizeram parte do ISE no período de 2010 a 2016.

Conforme pode ser observado na Tabela 01 a quantidade de empresas que fazem parte do ISE nos anos de 2010 a 2016 são diferentes. Faz-se necessário lembrar que o ISE pode apresentar determinada quantidade de participantes em um ano e no ano subsequente apresentar uma quantidade superior ou inferior, conforme critérios de classificação.

Tabela 01: Quantidade de empresas listadas na B3 que fizeram e não fizeram parte do ISE nos anos de 2010 a 2016

Anos	Empresas que fazem parte do ISE	Empresas que não fazem parte do ISE	Total
2010	35	327	362
2011	38	324	362
2012	38	324	362
2013	36	326	362
2014	38	324	362
2015	39	323	362
2016	34	328	362
Total	258	2.276	2.534

Fonte: Elaborada pelos autores a partir dos dados coletados no site da B3.

É possível verificar que a quantidade de empresas participantes do ISE não é constante, percebe-se dois pontos de declínio nos anos de 2013 e 2016. O motivo da diminuição da quantidade de empresas participantes do ISE depende das prerrogativas de cada uma das empresas, talvez podem ter apresentado falhas em algumas das premissas do ISE e consequentemente a empresa pode ter sido excluída da carteira no respectivo ano.

A escolha do ano de 2010 como início da série a ser analisada deveu-se ao ano de adoção das *Internacional Financial Reporting Standards* (IFRS) por parte das empresas listadas na B3. A identificação das empresas que fizeram parte do ISE foi realizada por meio do site da B3, enquanto que os dados relacionados aos determinantes dessas empresas foram coletados na base de dados da Economatica®.

3.2 Modelo Econométrico

Para alcançar o objetivo desta pesquisa, ou seja, identificar os determinantes da Responsabilidade Social Corporativa das empresas listadas na B3, foi utilizado o método da Regressão Logística. Tal método é utilizado quando se quer verificar os fatores que explicam determinada situação, a qual é expressa por variáveis dependentes binárias.

Quanto a estimação do modelo, foi necessária a classificação das empresas em dois grupos. O primeiro composto pelas empresas socialmente responsáveis, as quais receberão o valor um (1), e o segundo composto pelas empresas que não são consideradas socialmente responsáveis, as quais



XI Congresso UFPE de Ciências Contábeis

receberão o valor zero (0). Abaixo a Equação 1, a qual expõe a expressão da Regressão Logística aplicada a este estudo.

$$P_i = \frac{1}{1 + e^{-(b_0 + b_1TAM_{i,t} + b_2END_{i,t} + b_3RENT_{i,t} + b_4AUD_{i,t} + b_5ALAV_{i,t} + b_6CRES_{i,t})}}$$

Em que:

P_i =Variável dependente binária, a qual apresenta valor igual a 1 (um) para as empresas que são consideradas socialmente responsáveis, e valor igual a 0 (zero) para as empresas que não são consideradas socialmente responsáveis;

b_0 =Constante;

b_1 a b_6 =Coeficientes estimados;

$TAM_{i,t}$ =Variável independente que representa o tamanho da empresa no período t ;

$END_{i,t}$ = Variável independente que representa o endividamento da empresa no período t ;

$RENT_{i,t}$ =Variável independente que representa a rentabilidade da empresa no período t ;

$AUD_{i,t}$ =Variável independente que representa a utilização de serviços de auditoria por uma das empresas *Big Four* no período t ;

$ALAV_{i,t}$ =Variável independente que representa a alavancagem da empresa no período t ;

$CRES_{i,t}$ =Variável independente que representa o crescimento da empresa no período t ;

3.3 Definição das variáveis

Para melhor compreensão das variáveis utilizadas neste estudo, optou-se por apresentar a Tabela 02 com as respectivas variáveis, definições, fórmulas utilizadas, além dos autores que foram referência para formação da mesma.

Tabela 02: Variáveis dependente e independentes analisadas no estudo no período de 2010 a 2016

Tipo da Variável	Sigla	Definição	Fórmula	Fonte
Dependente	CSR	Variável dummy de acordo com a participação da empresa no ISE	“1” quando a empresa é socialmente responsável e “0” quando a empresa não é socialmente responsável	Adaptado de Murcia (2009)
Independente	TAM	Tamanho	Log natural do Ativo Total	Murcia (2009); Monteiro e Aibar-Guzmán (2010)
Independente	END	Endividamento	Passivo Exigível Total sobre o Ativo Total	Murcia, Rover, Lima, Fávero e Lima (2008); Braga, Oliveira e Salotti (2009)
Independente	RENT	Rentabilidade	Lucro Líquido sobre o Patrimônio Líquido	Murcia (2009); Monteiro e Aibar-Guzmán (2010)
Independente	AUD	Variável <i>dummy</i> de acordo com a utilização de serviços de auditoria das <i>Big Four</i>	“1”, quando a empresa é auditada por uma das quatro maiores empresas de auditoria e “0”, caso contrário	Murcia (2009);
Independente	ALAV	Alavancagem	Passivo Total sobre o	Gonçalves et al. (2013);



XI Congresso UFPE de Ciências Contábeis

			Patrimônio Líquido (Lucro Atual - Lucro Ano Anterior) sobre o Lucro do Ano Anterior	Cesar e Silva (2008) Uyar e Kiliç (2012); Souza et al. (2014)
Independente	CRES	Crescimento dos Lucros		

Fonte: Elaborada pelos autores a partir dos estudos de Souza et al. (2014); Gonçalves et al. (2013); Uyar e Kiliç (2012); Monteiro e Aibar-Guzmán (2010); Murcia (2009); Braga, Oliveira e Salotti (2009); Cesar e Silva (2008).

Com relação ao tamanho da empresa (TAM), acredita-se que seja uma característica determinante da responsabilidade social da empresa, positivamente relacionada ao comprometimento com os *stakeholders*. Entende-se que a empresa com maior importância econômica, promove maior comprometimento com seus balanços sociais ou relatórios de sustentabilidade anuais (Costa & Marion, 2007).

A relação do endividamento (END) com a responsabilidade social deve existir porque de acordo com a Teoria da Agência, os gestores de empresas com maior endividamento buscam evidenciar mais informações para satisfazer os credores e remover as suspeitas sobre a transferência de riqueza para os acionistas (Jensen & Meckling, 1976; Murcia, 2009). Assim, espera-se uma relação positiva entre essas duas variáveis.

A respeito da rentabilidade (RENT), acredita-se que esteja relacionada a responsabilidade social corporativa, uma vez que, as empresas mais rentáveis tendem a divulgar mais informações sociais, do que aquelas menos rentáveis, reduzindo o risco de serem avaliadas como empresas com problema em questões sociais (Murcia, 2009).

Conforme Murcia (2014), a relação da variável de auditoria (AUD) com a Responsabilidade Social Corporativa das empresas demonstra que os auditores podem influenciar seus clientes a evidenciar o máximo de informação possível, sendo assim, forçando maior transparência das divulgações socioambientais, bem como as outros tipos de informações. De acordo com Ahmad, Hassan e Mohammad (2003) as empresas de auditoria com alta reputação, pertencentes ao grupo das *Big Four*, tendem a não se associar a clientes com um baixo nível de divulgação das suas demonstrações, desta forma, espera-se uma relação positiva entre esta variável e a responsabilidade social corporativa das empresas. É necessário enfatizar que, as empresas de auditoria consideradas nesta pesquisa como *Big Four* foram: *Ernst & Young Terco*, *Deloitte Touche*, *KPMG* e *PriceWaterhouseCoopers*.

Conforme Gonçalves et al. (2013) apresenta em seus estudos, a alavancagem (ALAV) pode está positivamente relacionada a RSC, uma vez que empresas com maior capacidade de recursos em relação ao Patrimônio Líquido tende a agir de maneira mais responsável.

Lopes e Alencar (2010) alinham as oportunidades de crescimento (CRES) a divulgação das informações socioambientais com o intuito de facilitar o acompanhamento por parte dos investidores externos e de se diferenciarem de empresas com menores perspectivas de crescimento. Portanto, espera-se que as oportunidades de crescimento das empresas seja uma característica determinante para a Responsabilidade Social Corporativa das empresas.

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1 Estatística Descritiva

Antes de analisar os resultados das regressões, faz-se necessário apresentar por meio da Tabela 3 as estatísticas descritivas das variáveis deste estudo, diante das informações coletadas na base de dados do Economatica® e no site da B3.



Tabela 03: Estatística Descritiva das empresas listadas na B3 no período de 2010 a 2016

Variáveis	Média	Mediana	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo
ISE	0,100	0,000	0,300	0,000	1,000
END	1,148	0,580	5,558	0,000	189,100
RENT	0,273	0,078	11,723	-63,574	532,430
AUD	0,711	1,000	0,454	0,000	1,000
ALAV	404,653	1,083	19237,000	-732,040	918778,000
CRES	-0,160	0,000	22,525	-587,210	608,260
TAM	6,033	6,273	1,350	0,000	9,158

Fonte: Elaborada pelos autores.

A respeito dos principais resultados encontrados, nota-se que, na variável do ISE, a qual representa as empresas que fazem parte desse índice, adotou-se condição binária 0 ou 1, sendo 0 para as empresas não participantes e 1 para as empresas participantes. Assim, percebe-se que em média, 0,100 ou 10% das observações (ano-firma) estão classificadas como socialmente responsáveis.

A variável do Endividamento (END) apresentou ponto máximo de 189,102 e um ponto mínimo de 0,000 demonstrando que na amostra deste estudo existe uma variedade de empresas, desde aquelas que não apresentam endividamento a empresas com endividamento máximo de 189,02.

Foi possível observar que a variável de Rentabilidade (RENT) apresentou uma média de 0,273 indicando que em média o retorno que as empresas da amostra apresentam é positivo, mas o valor do lucro líquido não chega a ultrapassar o patrimônio líquido. Concomitante a isto, é possível observar que existem valores negativos para a Rentabilidade (RENT), uma vez o ponto mínimo desta variável é negativo. O desvio padrão de 11,723, demonstra que não possui muita variabilidade dos dados em torno da média.

Já o desvio padrão da variável Alavancagem (ALAV), demonstra significativa variabilidade dos dados em torno da média, uma vez que o desvio padrão chegou a 19.237,454, podendo ser justificado pelo fato de haver empresas de diversos setores, que possuem diferentes níveis de alavancagem.

Em seguida apresenta a variável *dummy* de Auditoria (AUD), apresentando-se na condição binária, 0 ou 1, sendo 0 para as empresas que não foram auditadas por *Big Four* e 1 para as empresas que foram auditadas, percebe-se com média de 0,710 ou seja, 71% das observações referem-se ao percentual de empresas auditadas durante o período de 2010 a 2016.

É necessário enfatizar a falta de dados para variável Crescimento (CRES), referente ao ano de 2010, pois como necessitava de informações de 2009, e neste ano a adoção das IFRS ainda não era obrigatória, optou-se por não utilizar os dados para não distorcer os resultados.

4.2 Regressão Logística

Em referência a estimação do modelo para as empresas listadas na B3, das 2.534 observações, apenas 2.106 incluíram-se no modelo, em virtude da falta de dados para análise de todos os casos. Destas 2.106 observações incluídas, 222 se referem às observações de empresas participantes do ISE e 1.884 as observações de empresas que não participam do ISE, ou seja, apenas 10,54% das observações referem-se a informações de empresas participantes do ISE.

Para estimação da Regressão *Logit* é necessário verificar se existe multicolinearidade entre os dados, para isso foi realizado o teste VIF. Os resultados obtidos através desse teste apontam que não há qualquer correlação significativa entre as variáveis, pois todos os valores apresentados estão abaixo de 10, sendo o maior deles 2,169.

Na Tabela 4 apresentam-se os resultados da estimação do modelo *Logit* para o grupo das empresas listadas na B3. De acordo com essas informações, quatro variáveis explicam a Responsabilidade Social Corporativa das empresas que fazem parte da amostra.

Tabela 04: Resultados da estimação do modelo Logit para as empresas da B3 no período de 2010 a 2016

Variáveis	B	Erro-padrão	Wald	Df	Sig	Exp(β)
Constante	-20,354	1,280	252,827	1	0,000***	0,000
END	0,056	0,156	0,130	1	0,718	1,058
RENT	0,249	0,068	13,237	1	0,000***	1,282
AUD	0,893	0,315	8,010	1	0,005**	2,442
ALAV	0,019	0,006	11,736	1	0,001**	1,019
CRES	-0,005	0,006	0,573	1	0,449	0,995
TAM	2,569	0,172	223,812	1	0,000***	13,058

Legenda: * significativa a 10%; ** significativa a 5%; *** significativa a 1%. Fonte: Elaborada pelos autores.

As variáveis que representam a Rentabilidade (RENT) e Tamanho (TAM) apresentaram coeficiente positivo, significando que o logaritmo da razão de chance de serem os determinantes para responsabilidade social são respectivamente 0,249 e 2,569. Dessa forma, indica que o aumento na rentabilidade e no tamanho tende a aumentar as chances da empresa ser Socialmente Responsável. É importante observar que, além do coeficiente, é importante observar os *p-valor* dessas variáveis. Os mesmos se apresentam significativos a 1%, como se pode observar na coluna *Sig*, o que reforça a influência dessas variáveis na determinação da responsabilidade social das empresas. Esses resultados vão ao encontro dos estudos de Murcia (2009), Rover (2014), Monteiro e Aibar-Guzmán (2010), os quais afirmam que as empresas com maiores índices das respectivas variáveis tendem a ter responsabilidade social corporativa, como demonstram em suas pesquisas acerca dos balanços sociais e relatórios anuais.

Com relação as variáveis de Auditoria (AUD) e Alavancagem (ALAV), percebeu-se que ambos os coeficientes foram positivos, e tanto os *p-valor* significante a 5%, implicando que tais variáveis são determinantes para a classificação das empresas em socialmente responsáveis, corroborando com os estudos de Murcia (2009) e Silva et al (2014).

Para melhor verificação e comparação dos sinais que eram esperados e os que foram encontrados, segue a Tabela 05:

Tabela 05: Sinais esperados e encontrados na estimação do Logit para as empresas da B3 no período de 2010 a 2016

Variáveis	Sinais Esperados	Sinais Encontrados	Nível de significância
TAM	(+)	(+)	1%
END	(+)	(+)	Nenhum
RENT	(+)	(+)	1%
AUD	(+)	(+)	5%
ALAV	(+)	(+)	5%
CRES	(+)	(-)	Nenhum



Fonte: Elaborada pelos autores.

Como se pode verificar, os sinais encontrados das relações das variáveis independentes com a Responsabilidade Social Corporativa das empresas foram todos iguais aqueles esperados, os quais foram baseados na literatura sobre o tema. Porém, percebe-se que, apesar dos sinais das variáveis END e CRES encontrados serem iguais aos esperados, os p-valores não foram significantes, permitindo a não verificação destes fatores como determinantes da Responsabilidade Social Corporativa das empresas.

Por fim ressalta-se ainda, que as quatro variáveis, TAM, RENT, AUD, ALAV, estão positivamente relacionadas com a responsabilidade social das empresas, indicando que essas variáveis explicam o fato das empresas serem ou não socialmente responsáveis, ou sejam, podem ser consideradas determinantes para a Responsabilidade Social Corporativa das empresas listadas na B3 no período de 2010 a 2016.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa buscou verificar quais são os determinantes da Responsabilidade Social Corporativa das empresas listadas na B3. Para isso, utilizou-se a Regressão Logística com dados das empresas listadas na B3 referentes ao ano de 2010 a 2016.

Dessa forma, foi possível verificar que dentre as 6 variáveis analisadas (Rentabilidade, Endividamento, Tamanho, Auditoria, Alavancagem e Crescimento dos Lucros), apenas 4 (Rentabilidade, Tamanho, Auditoria e Alavancagem) se mostraram determinantes para a Responsabilidade Social Corporativa das empresas no período de 2010 a 2016. As variáveis RENT e TAM foram significantes ao nível de 1% e as variáveis AUD e ALAV significantes ao nível de 5%.

Esses resultados confirmam o que a literatura acerca do tema aborda que empresas com maiores rentabilidade, tamanho e alavancagem tendem a ser mais responsável socialmente, uma vez que possuem e movimentam mais recursos no mercado financeiro. Como a auditoria é considerada uma importante ferramenta de transparência e empresas de auditoria com maior reputação podem aumentar ainda mais essa segurança por parte dos investidores, é justificável que empresas auditadas por *Big Four* apresentem maiores chances de serem socialmente responsáveis.

Este trabalho contribui com a proposição de uma estrutura de análise das implicações dos determinantes na RSC, onde pode ser utilizado por empresas que desejam estabelecer práticas e políticas de responsabilidade social que impactam de forma positiva a sociedade e os seus negócios.

Quanto as limitações deste estudo tem-se: (a) não disponibilidade de todos os dados das empresas listadas na B3 para estimação do modelo e; (b) a falta de equilíbrio quanto a quantidade de empresas consideradas socialmente responsáveis e aquelas que não são socialmente responsáveis..

Por fim, sugere-se, para pesquisas futuras, comparar empresas de outros países, a fim de verificar diferenças e similaridade entre os determinantes da RSC. Do mesmo modo, para melhorar o poder explicativo do modelo, poderiam adotar outras variáveis como Setor, empresas participantes dos níveis de Governança Corporativa da B3, entre outros.

REFERÊNCIAS

Aguinis, H.; & Glavas, A. (2012, jul). *What we know and don't know about corporate social responsibility a review and research agenda*. *Journal of Management*, 38(4), 932-968.



XI Congresso UFPE de Ciências Contábeis

- Ahmad, Z.; Hassan, S.; & Mohammad, J. (2003, jun). *Determinants of environmental reporting in Malaysia*. International Journal of Business Studies, Perth, v.11, n.1 p.69-90.
- Barakat, S. R.; & Polo, E. F. (2016, mai/ago). *Implicações Estratégicas da Responsabilidade Social Corporativa*. Revista Gestão Social e Ambiental - RGSA, São Paulo, v. 10, n. 2, p.37-52.
- Braga, J. P.; Oliveira, J. R. S.; & Salotti, B. M. (2009, set/dez). *Determinantes do Nível de Divulgação Ambiental nas Demonstrações Contábeis de Empresas Brasileiras*. Revista de Contabilidade da UFBA, v. 3, n. 3 p. 81-95.
- Bm&fbovespa. *Índice de Sustentabilidade Empresarial. Manual do ISE*. São Paulo, 2015.
Recuperadoem: <<http://www.bmfbovespa.com.br/Indices/download/ISE>>. Acesso em 20 de março de 2017.
- Carroll, A. B. (1991, jul/ago). *The pyramid of corporate social responsibility: toward the moral management of organizational stakeholders*. Business Horizons, v. 34, n. 4, p. 39-48.
- Castro, C. de M. (1977). *A prática da pesquisa*. São Paulo: McGraw-Hill.
- Carvalho, P. L. (2014). *Análise das empresas integrantes dos índices com práticas diferenciadas da BM&FBOVESPA*. XIV Congresso USP: Controladoria e Contabilidade, São Paulo.
- Cesar, J. F.; & Silva, A. Jr. (2008). *A relação entre a responsabilidade social e ambiental com o desempenho financeiro: um estudo empírico na Bovespa no período de 1999 a 2006*. Congresso Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação Em Ciências Contábeis. ANPCONT.
- Crane, A.; McWilliams, A.; Matten, D.; Moon, J.; & Siegel, D. (2008). *The corporate Social Responsibility Agenda*. The Oxford Handbook of Corporate Social Responsibility. New York: Oxford University Press.
- Costa, R. S.; & Marion, J. C. (2007, jan/abr). *A Uniformidade na Evidenciação das Informações Ambientais*. Revista Contabilidade e Finanças – USP, São Paulo, n. 43, pág.20-33.
- Debakker, G.A.; Groenwegen, P.; & Den Hond, F. (2005, sep). *A bibliometric analysis of 30 years of research and theory on corporate social responsibility and corporate social performance*. Business and Society, 44(3), 238-317.
- Ferreira, R. do N. (2005). *Responsabilidade social empresarial e valor nas empresas*. Ética e responsabilidade social nos negócios. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.
- Freeman, R. E. (1984). *Strategic Management: A Stakeholder Approach*. Boston: Pitman.
- Freeman, R. E.; & Moutchnik. (2013) *A. Stakeholder management and CSR: questions and answers*. In: UmweltWirtschafts Forum. Springer Verlag, v. 21, n.1-2, p. 5-9.



XI Congresso UFPE de Ciências Contábeis

Gonçalves, R. S.; Medeiros, O. R.; Niyama, J. JK; & Weffort, E. F. J. (2013, mai/ago). *Social Disclosure e custo de capital próprio em companhias abertas no Brasil*. Revista de Contabilidade e Finanças – USP, São Paulo, v. 24, n. 62, p. 113-124.

Heltzer, W. (2011). *The Asymmetric Relationship Between Corporate Environmental Responsibility And Earnings Management: Evidence From The United States*. Managerial Auditing Journal, v. 26, n. 1, p. 65-88.

Holanda, A. P.; Cardoso, V. I. C.; Oliveira, J. D.; & Luca, M. M. M. (2012, jan/abr.). *Investimentos em Responsabilidade Social: análise comparativa das empresas concessionárias de serviços públicos e não concessionárias listadas no ISE, da BM&FBOVESPA*. Pensar Contábil, Rio de Janeiro, v. 14, n. 53, p. 26-34.

Husted, B. W.; Allen, D. B.; & Kock, N. (2012, may). *Value creation through social strategy*. Business & Society, 54(2), 147-186.

Irigaray, H. A. R.; Vergara, S. C.; & Santos, M. C. F. (2013, nov/dez.). *Responsabilidade social corporativa: um duplo olhar sobre a Reduc*. Revista de Administração Mackenzie, São Paulo, v. 14, n. 6, p.82-111.

Instituto Ethos. *Indicadores Ethos de Responsabilidade Social*. Recuperadoem: <http://www3.ethos.org.br/wp-content/uploads/2013/07/IndicadoresEthos_2013_PORT.pdf>. Acessoem: 26 de Fevereiro de 2017.

Instituto Ethos,. *Iniciativas. Publicação Eletrônica 2014*. Recuperadoem: <<http://www3.ethos.org.br>>. Acesso em 04 abr, 2017.

Jensen, M. C.; & Meckling, W. (1976, oct). *Theory of the firm: managerial behavior, agency costs and ownership structure*. Journal of Financial Economics, v. 3, n. 4, p. 305-360.

Kaveski, I. D. S.; Martins, J. A. S.; & Hein, N. (2014) *A relação entre os rankings formados pelos indicadores socioambientais e os econômico-financeiros das empresas*

Lopes, A. B; & Alencar, R. C. (2010). *Disclosure and cost of equity capital in emerging markets: the Brazilian case*. The international journal of accounting v. 45, p . 443-464.

Macedo, M.; Sousa A. C.; & Cípola, F. C. (2007). *Desempenho de empresas socialmente responsáveis: uma análise por índices contábil-financeiros*. Anais do Congresso Brasileiro de Custos, João Pessoa, Paraíba, Brasil.

McWilliams, A.; & Siegel, D. S. (2011) *Creating and capturing value: strategic corporate social responsibility, resource-based theory, and sustainable competitive advantage*. Journal of Management, 37(5), 1480-1495.

Monteiro, S. M. S.; & Aibar-Guzmán, B. (2010). *Determinants of environmental disclosure in the annual reports of large companies operating in Portugal*. Corporate Social Responsibility and



XI Congresso UFPE de Ciências Contábeis

Environmental Management, v. 17, p. 185-204.

Murcia, F. D.-R.; Rover, S.; Lima, I.; Fávero, L. P. L.; & Lima, G. A. S. F. (2008, jan/dez). *Disclosure verde nas demonstrações contábeis: características da informação ambiental e possíveis explicações para a divulgação voluntária*. Revista UnB Contábil, v. 11, n. 1-2, p. 260-278.

Murcia, F. D. (2009). *Fatores Determinantes do Nível de Disclosure Voluntário de Companhias Abertas no Brasil*. 2009. 181 p. Tese (Doutorado em Controladoria e Contabilidade) - Universidade de São Paulo, São Paulo.

Nunes, J. G.; Teixeira, A. J. C.; Nossa, V.; & Galdi, F. C. (2010). *Análise das Variáveis que Influenciam a Adesão das Empresas ao Índice BM&FBOVESPA de Sustentabilidade Empresarial*. Revista de Administração e Contabilidade da Unisinos, São Leopoldo-RS, v. 7, n. 4, p.328-240.

Oliveira, J. A. P. (2005). *Uma avaliação dos balanços sociais das 500 maiores*. ERA-Eletrônica, v. 4, n. 1.

Orellano, V. I. F.; & Quiota, S. (2011). *Análise do retorno dos investimentos socioambientais das empresas brasileiras*. RAE: Revista de Administração de Empresas, v. 51, n. 5.

Silva, C. L.; Silva, A. P. F.; & Falk, J. A. (2013). *As práticas de responsabilidade social empresarial relatadas nos artigos científicos dos eventos da ANPAD no período de 2002-2012*. Revista de Administração, Contabilidade e Sustentabilidade, v. 3, n. 2, p. 124-143.

Souza, M. T. S.; Parisotto, I. S.; & Marcondes, N. R. (2011). *Um estudo do impacto financeiro do balanço social em empresas do setor de eletricidade*. Perspectivas Contemporâneas, v. 6, n. 1.

Souza, J. A.; & Costa, T. M. T. (2012, jan./jun). *Responsabilidade social empresarial e desenvolvimento sustentável: conceitos, práticas e desafios para a contabilidade*. Revista Organizações em Contexto, São Bernardo do Campo, v. 8, n. 15, p. 213-238.

Souza, C. B., Silva, A. F., Ribeiro, M. S., & Weffort, E. F. J. (2014). *Valor de Mercado e Disclosure Voluntário: Estudo Empírico em Companhias Listadas na BM&FBOVESPA*. Revista Ambiental Contábil, 6 (2), pp. 94-115.

Tinoco, J. E. P.; & Kraemer, M. E. P.. (2008). *Contabilidade e Gestão Ambiental*. São Paulo: Atlas.

Toldo, M. (2002). *Responsabilidade social empresarial*. In: responsabilidade social das empresas: a contribuição das universidades. São Paulo, Peirópolis, p. 71-102.

Uyar, A., & Kiliç, M. (2012). *Value relevance of voluntary disclosure: evidence from Turkish firms*. Journal of Intellectual Capital, 13(3), pp. 363-376.

Watts, R.L.; & Zimmerman, J.L. (1986). *Positive accounting theory*. Englewood Cliffs, Prentice Hall, 388 p.



XI Congresso UFPE de Ciências Contábeis